

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antonio de Oliveira, 1.050, São Paulo. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como “Grupo”.

A controladora ATSA bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV4 (ON) e AZEV4 (PN).

1.2. Relação de entidades controladas

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, foi efetivada, em 2017, a alteração do Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), passando a sua denominação social para Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT – INFRA) e iniciadas as suas atividades.

As empresas com a formatação de Sociedade de Propósito Específico (SPE) apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2018:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da ATE com a Caixa Econômica Federal;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade, pois seu terreno foi dado para quitação do financiamento da ATE com a instituição financeira China Construction Bank (CCB).

A seguir, lista das controladas relevantes do Grupo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	%	Controlada	%	Controlada
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	100	Direta	99,95	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.)	100	Direta	100	Direta/ indireta

1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo apresentou prejuízo de R\$ 133.469, um capital circulante líquido negativo de R\$ 154.116 e patrimônio líquido negativo em R\$ 211.783. Estes números refletem o atual momento do Grupo e do mercado de construção pesada do país, onde, a partir do segundo semestre de 2016, convive com uma substancial redução da carteira de obras, fruto do encerramento de diversos contratos, sem a reposição característica da construção pesada, pois os clientes postergaram seus investimentos frente a grave crise econômica brasileira, notadamente nos investimentos em infraestrutura.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos em um mercado fragilizado pela crise dos últimos anos e a necessidade de rígidas normas de *compliance*, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos;

- b)** Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração e na redução de custos, se adequando ao atual patamar de faturamento tendo em vista o crescimento do mercado no curto prazo;
- c)** Continuar seu trabalho de alongamento de dívidas para adequá-las a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagas com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- d)** Os controladores já disponibilizaram imóveis para oferecer em garantia em operações de capital de giro e renegociação de dívidas.
- e)** Os controladores disponibilizaram em 30 de junho de 2018 para a empresa uma linha de mútuo no valor de até R\$ 2.500 para ser usada como capital de giro, dos quais R\$ 1.069 foram efetivamente utilizados pela Companhia até 31/12/2018;
- f)** Executar as obras que estão para ser contratadas dentro das margens orçadas;
- g)** Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos que permitam voltar a receita bruta consolidada aos patamares anteriores. Neste esforço, mesmo em condições tão restritas, no exercício de 2018 o Grupo entregou R\$ 1.697.431 em propostas, sendo R\$ 387.000 em consórcio. A Companhia possui uma média histórica de sucesso nos últimos 10 anos em torno de 9% do total de propostas apresentadas;
- h)** Desmobilizar os terrenos de sua propriedade e subsidiárias, todos localizados na área urbana da cidade de São Paulo, cujo valor de ITBI, base das tributações imobiliárias, é de R\$ 64.600, muito superior ao valor contábil;
- i)** Prosseguir com a ação de cobrança ajuizada para receber os créditos referentes a serviços realizados e não pagos pelo Metrô nos contratos da Ciclovía e Estações da Linha 15 – Prata;
- j)** Prosseguir com as tratativas administrativas visando receber os créditos referentes aos serviços realizados e não medidos pela Transpetro, Petrobrás/UOBA, Petrobrás/OCVAP e PMSP;
- k)** Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS-I.
- l)** Equacionar os débitos tributários federais da controlada ATE, através da efetivação da dação em pagamento de bens imóveis que os controladores estão disponibilizando, nos moldes estabelecidos pela Lei 13,259/2016 (art.4º.) e Portaria PGN 32/2018. Não obstante, a controlada ainda apresenta a possibilidade de parcelamento convencional (ordinário), no qual os débitos poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas nos termos da legislação vigente.
- m)** Prosseguir com ação de cobrança ajuizada contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato celebrado com este Órgão.

- n) Prosseguir com ação judicial contra o DER-SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão;
- o) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região já com vitórias em 1ª e 2ª Instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal Federal com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15 de março de 2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia e da controlada;
- p) Prosseguir com ações judiciais objetivando a declaração de inconstitucionalidade dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º. Da Lei Complementar no. 110/2001 (multa 10% FGTS);
- q) Ajuizar ação judicial objetivando a exclusão da CPRB “Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta” da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;
- r) Continuar a gestão dos processos de pedidos de falência, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, no sentido de encerrá-los, sempre em consideração dos interesses da Companhia e seus acionistas.

Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

Apesar das incertezas relacionadas à retomada dos investimentos no Brasil em infraestrutura no curto prazo, bem como a dificuldade de concretização dos meios buscados para capitalização da Companhia, com base no exposto acima, a Administração conclui que a Companhia possui capacidade de continuar em operação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração declara confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2019.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhecia os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) eram reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornava uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreendem caixa e equivalentes de caixa.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Estoques e estoques de terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

3.6. Investimentos e base de consolidação

Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.10. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

3.11. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.13. Reconhecimento da receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis críticas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota nº 27(c). Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

3.16. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.17. Reclassificação de valores correspondentes

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações contábeis referentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, revisou algumas de suas práticas contábeis referente a reclassificação sobre determinadas rubricas do balanço patrimonial e realizou a reclassificação dos seguintes saldos:

- i) Valor de R\$ 5.340 mil da rubrica de adiantamento a fornecedores para a rubrica contábil de outras contas a receber nas demonstrações consolidadas;
- ii) Valor de R\$ 1.019 e R\$ 2.323 individual e consolidado, respectivamente, da rubrica de depósito judiciais do ativo circulante para o ativo não circulante;
- iii) Valor de R\$ 708 e R\$ 2.012 individual e consolidado, respectivamente, da rubrica de salários e encargos do passivo circulante para o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados para fins de comparação e não houveram itens e/ou valores relevantes que pudessem ter prejudicado a leitura e/ou impactado outros aspectos qualitativos de terceiros e/ou de acionistas da Companhia.

3.18. Novas normas e interpretações novas e revisadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06;
- IFRS 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias;
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – Custos dos empréstimos - R1).

A Companhia está avaliando os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2018	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	-	6	-	34
Outros			-	157	-	185
			-	163	-	219
Caixas e bancos			-	1	93	137
Total			-	164	93	356

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	-	4.013	157	8.073
Serviços e locações executados e não faturados	119	4.020	1.290	15.561
Total	119	8.033	1.447	23.634

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras. Durante o exercício de 2018 houve o recebimento dos créditos a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição provisão da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material de construção e peças de manutenção	66	1.142	1.866	3.318
Material de revenda	-	-	59	149
Total	66	1.142	1.925	3.467

7. Estoque de terrenos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Azevedo & Travassos S.A.	8.065	8.065	8.065	8.065
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	-	3.650
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	-	-	8.466	8.466
Total	8.065	8.065	16.531	20.181
Ativo circulante	-	-	8.466	12.116
Ativo não circulante	8.065	8.065	8.065	8.065

	M ²	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
LOTE Elísio - AT	22.999	3.851	3.851
LOTE 7 - AT	18.144	2.203	2.203
LOTE 8 - AT	17.207	2.011	2.011
LOTE 9 - ATDI - III	-	-	3.650
LOTE 3 - AT-INFRA	5.465	3.165	3.166
LOTE 4 - AT-INFRA	4.343	2.851	2.854
LOTE 5 - AT-INFRA	1.348	1.139	1.139
LOTE 6 - AT-INFRA	1.536	1.311	1.307
Total	71.042	16.531	20.181

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes Elísio, 7 e 8 os valores estão contabilizados no ativo não circulante, totalizando assim um montante de R\$ 8.065 mil (R\$ 8.065 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui os lotes Elísio, 7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no ativo imobilizado o lote 1 (terreno de 55.568 m² e construção) no valor de R\$ 11.728, perfazendo assim, um total de R\$ 19.793 e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 48.079.

Em 31 de dezembro de 2018, devido a restrições, os lotes 3, 4 e 5 foram dados em garantia empréstimo Banco Brasil (vide Nota Explicativa nº 15)

8. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui na rubrica de adiantamento a fornecedores no consolidado o montante de R\$ 1.136 (zerado em 31 de dezembro de 2017) que refere-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas/custos seguros a apropriar	12	69	140	527
Despesas/custos antecipados (a)	-	-	-	1.712
Total	12	69	140	2.239

a) Trata-se de despesas e custos apropriar da obra do METRO-SP.

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
Ativo Circulante				
Caução	-	-	1.436	1.864
Venda Ativo Fixo	-	-	1.042	-
Outras	210	156	6.721	10.377
Total	210	156	9.199	12.241
Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo				
Cessão Precatório	774	-	774	-
Depósito Judicial	1.029	1.019	4.217	4.090
Outras	-	-	875	1.283
Total	1.803	1.019	5.866	5.373
Total	2.013	1.175	15.065	17.614

E

m 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, após análise dos valores a receber, entendeu que não há necessidade de constituição provisão da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

11. Investimentos e provisões para passivo a descoberto de controladas

	Controladora					
	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial						
ATE (a)	100	99,95	(150.504)	(53.883)	(96.594)	(73.590)
ATDI - III (b)	99,95	99,95	3.288	3.577	(291)	-
AT Infraestrutura Ltda (c)	100	99,95	8.516	8.387	131	60
Subtotal investimentos			(138.700)	(41.919)	(96.754)	(73.530)
Investimentos avaliados pelo custo			2	2	-	-
Total investimentos			(138.698)	(41.917)	(96.754)	(73.530)
Ativo não circulante			11.806	11.966		
Passivo não circulante			(150.504)	(53.883)		

a)Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto, em 31 de dezembro de 2018, de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 31 de dezembro de 2017).

O patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2018 está negativo em R\$ 150.504 (R\$ 53.908 em 31 de dezembro de 2017), e o seu prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 96.596 (R\$ 73.627 em 31 de dezembro de 2017).

b)Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a Empresa ainda não iniciou suas atividades.

O lote 9 foi dado em garantia ao China Construction Bank - CCB em contrato de empréstimo com a ATE, tendo o banco quitado o empréstimo com esse lote em 04 de abril de 2018 (vide nota 22 e 13.a).

c)Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.)

A participação foi feita em 14 de março de 2016, através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307. A Empresa iniciou suas atividades em 2017.

12. Transações com partes relacionadas

	31/12/2018	31/12/2017
Operações:		
- Contrato de aluguel (a)	360	360
- Receita bruta de serviços (b)	986	1.754
- Outras partes relacionadas (c)	-	7
- Mútuo entre ATSA e ATE (d)	119	7.380
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (d)	(24)	(24)
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (d)	(10)	-
- Mútuo entre ATSA e ATDI-III (d)	3.604	25
- Mútuo entre ATSA e AT Infraestrututa Ltda (d)	318	91
- Mútuo entre controladores (e)	2.256	613
- Garantia dada pela Imobel SA Urb e Construtora (f)	1.258	1.258

(a)Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel/sede;

(b)Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos e também pequenos serviços entre a AT INFRA com a AT e ATE com a AT INFRA;

(c)Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.;

(d)Refere-se mútuo entre a empresa ATE e suas controladas ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI INFRA;

(e)Os acionistas controladores da Companhia emprestaram sem juros em 2018 o valor de R\$ 2.256;

(f)Para poder concretizar a repactuação com o Banco Safra, a Imobel S.A. Urbanizadora (empresa dos controladores) deu em garantia de terrenos de sua propriedade.

Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 1.750 (R\$ 1.869 em 31 de dezembro de 2017), conforme quadro a seguir:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore (i)	1.750	1.809
Benefícios (ii)	-	60
Total	1.750	1.869

(i) Inclui remuneração fixa (salários, honorários e férias).

(ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

13. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(2.377)	4.130	4.390
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	521	(344)	177	215
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(739)	7.076	7.135
Total		16.098	(4.120)	11.978	12.335

Consolidado					
	Taxa anual de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(2.427)	4.139	4.402
Máquinas e equipamentos	10	19.941	(15.691)	4.250	2.764
Veículos	10	13.033	(8.834)	4.199	5.420
Outros	10	7.794	(5.894)	1.900	2.523
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(739)	7.076	7.135
Total		55.671	(33.585)	22.086	22.766

A mutação do saldo do imobilizado:

Controladora					
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Edifícios e benfeitorias	6.507	-	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(2.117)	(260)	-	-	(2.377)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	521	-	-	-	521
(-) Depreciação Acumulada	(306)	(38)	-	-	(344)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(59)	-	-	(739)
Total	12.335	(357)	-	-	11.978

Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Edifícios e benfeitorias	6.566	-	-	-	6.566
(-) Depreciação Acumulada	(2.164)	(263)	-	-	(2.427)
Máquinas e equipamentos	14.126	-	(1.990)	7.805	19.941
(-) Depreciação Acumulada	(11.362)	(1.288)	1.288	(4.329)	(15.691)
Veículos	13.599	15	(581)	-	13.033
(-) Depreciação Acumulada	(8.179)	(1.081)	429	(3)	(8.834)
Outros	7.999	108	(315)	2	7.794
(-) Depreciação Acumulada	(5.476)	(514)	95	1	(5.894)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(59)	-	-	(739)
Total	22.766	(3.082)	(1.074)	3.476	22.086

Em 30 de setembro de 2018 foi revertido do ativo circulante um saldo de R\$ 3.476, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a Companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1.263/09.

14. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Consolidado		
		31/12/2018		31/12/2017
		Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	3.505	(3.252)	253
Total		3.505	(3.252)	253

A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2017	Consolidado			30/12/2018
		Adições	Baixas	Transferências	
Softwares	3.505	-	-	-	3.505
(-) Amortização Acumulada	(3.011)	(241)	-	-	(3.252)
Total	494	(241)	-	-	253

15. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	CCB (a)		-	-	-	7.065
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	-	-	28.313	27.475
Finame	9% a.a.	01/2018 a 03/2019	-	-	58	117
Financiamento CDC	1,15% a.m.	01/2018 as 04/2019	-	-	231	257
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	12/2017 a 08/2018	-	-	210	234
Total			-	-	28.812	35.148
Passivo circulante			-	-	6.985	11.262
Passivo não circulante (b)			-	-	21.827	23.886

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes ao lote 3, 4 e 5 da AT Infraestrutura Ltda. (Banco do Brasil) e lotes de Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (Banco Safra).

(a) Em 04/04/18, foi finalizada a quitação do contrato de financiamento firmado pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) com o China Construction Bank (CCB) no valor de R\$ 7.057 mil, através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo e de propriedade da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda., uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento. Este imóvel está contabilizado pelo valor de R\$ 3.604.

(b) Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2018:

Ano	Consolidado
2020	3.894
2021	4.524
2022	6.889
2023	3.456
2024	3.064
Total	21.827

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possui cláusula restritivas (covenants) vinculado a índices financeiros.

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$ 7.101 e R\$ 29.603 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$ 8.486 e R\$ 30.337 em 31 de dezembro de 2017 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente). O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

17. Salários, provisão para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
Salários, Férias, 13º Salário e Quitaões a Pagar	6.271	2.728	29.118	15.448
Provisão para Férias	1.572	1.926	3.914	8.810
Encargos Sociais	4.009	1.701	21.701	12.411
Total	11.852	6.355	54.733	36.669
Passivo circulante	11.144	5.647	52.712	34.657
Passivo não circulante	708	708	2.021	2.012
Total	11.852	6.355	54.733	36.669

Os valores reclassificados para o passivo não circulante, refere-se basicamente aos adicionais de 10% do FGTS que está sendo discutido em juízo. Tais processos possuem depósitos judiciais.

18. Obrigações tributárias – outros impostos e parcelamento PERT

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	8.807	3.345	21.829	8.811
Parcelamentos PERT (a)	-	40	35.079	1.707
Parcelamentos - outros	192	16	905	100
Total	8.999	3.401	57.813	10.618
Não circulante				
Parcelamentos PERT (a)	-	-	-	31.545
Parcelamentos - outros	-	156	-	658
Total	-	156	-	32.203

conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, foi criado o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

C

Em 11 de agosto de 2017 a controlada ATE fez a primeira adesão, e em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a anterior que incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha.

A controlada ATE, por não ter cumprido o que estabelece na Lei nº 13.496/17, não teve seu pedido de parcelamento do PERT aceito em 03/01/2019, por esse motivo o saldo devedor do passivo não circulante foi transferido para o passivo circulante.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				
Seguros a pagar	33	38	363	385
Intercompany - ATE (Nota 12 - d)	-	7.380	-	-
Acordos judiciais (a)	772	360	18.887	4.959
Contrato mutuo (sinalta)	-	1.500	-	1.500
Provisões diversas	389	-	2.762	-
Outras	1.200	915	5.009	1.473
Total	2.394	10.193	27.021	8.317
Passivo não Circulante				
Intercompany - ATDI-III e Infra (Nota 12 - d)	3.604	-	-	-
Outras	318	-	-	497
Total	3.922	-	-	497

Refere-se a acordos judiciais homologados pela justiça com ex-colaboradores. Este valor é o montante principal, e multas das rescisões por não cumprimento dos acordos. Para fazer frente a este passivo, a Companhia está oferecendo em garantia o imóvel onde se localiza sua sede, o qual foi avaliado por perito da justiça do trabalho em R\$ 78.000.

20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a)Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do capital social é de R\$ 28.047 (R\$ 28.047 em 31 de dezembro de 2017).

b)Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

c)Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

21. Imposto de renda e contribuição social

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(122.390)	(85.876)	(96.541)	(92.052)
Adições:				
- Despesas indedutíveis	9.974	59	14.707	4.231
- Controladas cálculo lucro presumido	-	-	13	-
- Equivalência	96.754	73.530	-	-
Base de cálculo	(15.662)	(12.287)	(81.821)	(87.821)
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
do adicional	5.325	4.177	27.819	29.819
prejuízo período janeiro a dezembro 2018	(5.325)	(2.508)	(27.819)	(23.064)
Outros	-	-	-	1.408
prejuízo fiscal 2016	-	(19)	-	(359)
Imposto de renda e contribuição social controladas (lucro presumido)	-	-	(152)	(16)
Total	-	1.650	(152)	7.788
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(152)	(16)
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo	-	1.650	-	6.396
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo - reversão	(10.514)	-	(32.598)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias	-	-	-	1.408
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias -reversao	(558)	-	(4.178)	-
Total	(11.072)	1.650	(36.928)	7.788

22. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de produtos e serviços	24.506	16.510	64.562	73.348
	24.506	16.510	64.562	73.348
Deduções de produtos e serviços				
Impostos sobre produtos e serviços	(3.902)	(1.785)	(15.515)	(9.578)
	(3.902)	(1.785)	(15.515)	(9.578)
Total	20.604	14.725	49.047	63.770

24. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	2.786	2.017	43.338	50.710
Materias	7.283	7.433	11.799	18.399
Serviços/Locações contratados terceiros	11.326	4.692	18.531	16.361
Revenda	-	-	410	353
Apropriação custos de contratos	-	-	1.711	15.020
Outros	2.565	2.552	15.422	17.784
Total	23.960	16.694	91.211	118.627

Despesas gerais e administrativas

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	5.161	4.536	9.380	9.799
Serviços contratados de terceiros	515	624	1.658	2.366
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(1.196)
Outros	321	384	1.487	1.723
Total	5.997	5.544	12.525	12.692

25. Outras (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão REFIS (a)	(8.219)	-	(8.219)	-
Processos judiciais	(288)	(518)	(3.676)	(2.579)
Multa acordo trabalhista (b)	(246)	-	(6.607)	-
Provisão obrigações legais (c)	(1.308)	-	(6.312)	(3.290)
Baixa precatório	(491)	-	(491)	-
Outras provisões e despesas	(416)	-	(1.980)	264
Total	(10.968)	(518)	(27.285)	(5.605)

- (a) Foi efetuada pela controlada uma provisão parcelamento REFIS (vide Nota 27.a);
- (b) Refere-se a multa pelo não cumprimento (pagamento) dos acordos trabalhistas;
- (c) Provisão para obrigações legais. Na controladora no passivo não circulante conta provisão para obrigações legais (saldo 31/12/2017 R\$ 1.000 em 31/12/2018 R\$ 2.308 provisão 2018 R\$ 1.308) e no consolidado (saldo 31/12/2016 R\$ 4.400 em 31/12/2017 R\$ 7.690 provisão 2017 R\$ 3.290) e (saldo 31/12/2017 R\$ 7.690 em 31/12/2018 R\$ 14.002 provisão 2018 R\$ 6.312).

26. Receita (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	-	1	-	134
Total	-	1	-	134
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(184)	(367)	(3.233)	(7.526)
Juros Passivos (tributos, fornecedores e outros)	(3.381)	(2.140)	(9.584)	(9.697)
Total	(3.565)	(2.507)	(12.817)	(17.223)
Resultado financeiro líquido	(3.565)	(2.506)	(12.817)	(17.089)

27. Outras informações

a)REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante	2.679	2.101	2.679	2.101
Passivo Não Circulante	51.304	43.344	51.304	43.344
Total	53.983	45.445	53.983	45.445

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

Face ao atraso de pagamento de parcelas do REFIS-I e com a possibilidade de a Companhia vir, eventualmente, ser excluída deste programa, em 30 de setembro de 2018 foi efetuada uma provisão em complemento ao extrato no montante de R\$ 8.219. O saldo do extrato do parcelamento em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 45.764, incluindo a provisão de R\$ 8.219 totalizando R\$ 53.983 (R\$ 45.445 em 31 de dezembro de 2017).

b)Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP.

Em 28 de novembro de 2018, a Companhia realizou a cessão do precatório nº 379/84 no valor de R\$ 889 para o pagamento de prestação de serviços junto a terceiros.

Durante o exercício de 2018, houve a baixa dos precatórios nº 363/86 e nº203/83, no valor de R\$ 497, devido ao fato de não ter perspectiva de recebimento, sendo assim, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é zero (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2017).

c)Provisão para obrigações legais – Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Movimento das provisões prováveis

	Controladora			Consolidado		
	2017	Movimento no exercício	2018	2017	Movimento no exercício	2018
Trabalhista	516	768	1.284	5.594	4.550	10.144
Fiscal	116	329	445	181	1.697	1.878
Cível	368	211	579	1.915	65	1.980
Total	1.000	1.308	2.308	7.690	6.312	14.002

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

O valor dos processos classificados como possíveis na controladora em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.465 e R\$ 21.789 no consolidado (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2.878 na controladora e R\$ R\$ 12.953 no consolidado).

d)Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017 nas demonstrações individuais e consolidadas o valor de R\$ 11.072 e R\$ 36.775, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2018, foi baixado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas o valor de R\$ 11.072 e R\$ 36.861, respectivamente, em função da perspectiva de prejuízo pelo terceiro ano consecutivo, que se confirmou nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	10.514	-	32.598
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	-	558	-	4.178
Reavaliação de bens	(4.795)	(4.815)	(4.795)	(4.815)
Total	(4.795)	6.257	(4.795)	31.961

O valor não constituído de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Base cálculo até 2017	38.300	163.900
34%	13.022	55.726
Base cálculo em 2018	15.662	81.821
34%	5.325	27.819
Já utilizado acima	-	-
Total	18.347	83.545

e) Ações judiciais ativas

g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e Cofins

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e Controlada (ATE), ambas julgadas favoravelmente, estão sobrestadas, aguardando os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizarem o julgamento do RE n.º 592.616/RS, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral (Tema 118). Estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 201 e, para a ATE de R\$ 5.455 mil.

g.2) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a Controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais, bem como a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos que antecederam o ajuizamento das ações. As ações ajuizadas pela Companhia (ATSA) e pela Controlada ATE, muito embora tenham decisões favoráveis, atualmente, os autos estão sobrestados até julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – Repercussão Geral. Neste momento, não é possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

28. Eventos subsequentes

Em 03 de janeiro de 2019, a controlada ATE por não ter cumprido o que estabelece na Lei nº 13.496/17, não teve seu pedido de parcelamento do PERT aceito.

Em 04 de janeiro de 2019, foi publicada a rescisão unilateral pela Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metro dos contratos de Nr.4086621301 -Estações e de Nr.4099621301- Ciclovía. Em 22/03/2019 a Companhia e sua coligada ATE entraram com ação, tendo como pedido principal o pagamento de indenização por danos materiais por todos os prejuízos causados em razão do rompimento unilateral dos contratos supracitados a serem apurados quando da produção de provas periciais e também por danos morais a ser arbitrado pelo magistrado.

A Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS em 23/01/2019 revalidou o Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Grupo para o exercício de 2019 através do Programa de Gerenciamento de Fornecedores (PROGEF).

Em 08/05/2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Azevedo & Travassos S.A (ATSA) aprovou o grupamento das 9.000.000 (nove milhões) ações ordinárias e 18.000.000 (dezoito milhões) ações preferenciais da ATSA., na proporção de 5 (cinco) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, sem alteração do capital social, passando o número de ações representativas do capital social da ATSA a ser 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais.

O Capital Social da ATSA de R\$ 28.047 passou então a ser constituído por 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais, sem valor nominal e todas nominativas.

Em 22/04/2019 e em 08/05/2019 foram emitidos Fatos Relevantes informando aos acionistas da ATSA e ao mercado, os procedimentos para a implantação do referido grupamento.

Este processo foi concluído em 10/06/2019 quando as ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma grupada.

* * *